COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.354, DE 2007

Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, cria cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas e dá outras providências.

Autor: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Relator: Deputado NELSON MARQUEZELLI

I - RELATÓRIO

O projeto ora relatado pretende a alteração da composição do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, sediado em Vitória – ES. Propõe-se que o Tribunal passe a ser composto por doze Juízes, mediante a criação de quatro cargos de Juiz, a serem providos em consonância com o art. 115 da Constituição Federal. O Tribunal deverá ser dividido em Turmas, compostas por quatro Juízes cada.

Pretende-se também a criação, no Quadro de Pessoal da Secretaria do TRT da 17ª Região, de: I – 50 cargos de provimento efetivo, sendo 28 de Analista Judiciário e 22 de Técnico Judiciário; II – 6 cargos em comissão CJ-3; III – 38 funções comissionadas, sendo 18 FC-05, 6 FC-04 e 14 FC-03.

A despesa decorrente de tais disposições correrá à conta dos recursos orçamentários consignados ao TRT da 17ª Região.

O projeto foi distribuído ainda às Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, estando também sujeito à apreciação do Plenário desta Casa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

As modificações pretendidas visam ajustar a estrutura organizacional do TRT da 17ª Região ao aumento das ações ajuizadas junto àquela Corte, de modo que o órgão possa atender satisfatoriamente a todos os que necessitem de sua prestação jurisdicional.

O ilustre Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, entre outros dados consignados na Exposição de Motivos que acompanha a proposta, informa-nos que nos anos de 2005 e 2006 foram registrados 1.270 e 1.528 casos novos por magistrado da referida Corte Regional, números esses bastante superiores à média da Justiça do Trabalho como um todo (947 e 1009, respectivamente). Ainda segundo a justificativa do projeto, tal acréscimo da demanda deveu-se tanto à evolução das relações de trabalho e ao desenvolvimento do país, quanto às alterações de competência promovidas pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que levaram à transferência de muitos processos da Justiça Comum para a Justiça do Trabalho.

A nova composição da Corte Regional, tal como previsto no projeto, deve ser acompanhada da ampliação da estrutura administrativa, mediante a criação dos cargos efetivos e comissionados necessários. Ressalte-se que a maior parte dos cargos solicitados é de natureza efetiva, cujo provimento exige aprovação em concurso público. Quanto aos 6 cargos em comissão e às 38 funções comissionadas, destinam-se estas ao exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento, valendo lembrar que, de acordo com o art. 5º, § 1º, da Lei nº 11.416, de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União, “cada órgão destinará, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do total das funções comissionadas para serem exercidas por servidores integrantes das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União, podendo designar-se para as restantes

servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo que não integrem essas carreiras ou que sejam titulares de empregos públicos, observados os requisitos de qualificação e de experiência previstos em regulamento”.

Em face do exposto, o voto é pela integral aprovação do Projeto de Lei nº 1.354, de 2007.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado NELSON MARQUEZELLI
Relator